



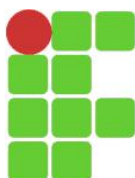
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

**REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DO IFTO.**

Resolução nº 45/2012/CONSUP/IFTO, de 19 de novembro de 2012 e alterado pela Resolução nº 36/2013/CONSUP/IFTO, de 20 de agosto de 2013.

Dispõe sobre Regulamentação complementar aos artigos 163, 164 e 165 do Regulamento da ODP dos Cursos de Graduação Presenciais que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO e dá outras providências.

PALMAS-TO
AGOSTO 2013



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O presente Regulamento organiza o desenvolvimento de Atividades Complementares no âmbito dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, conforme sua previsão nos art. 163, 164 e 165 do Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, e dá outras providências.

Parágrafo único O presente Regulamento estabelece a forma de realização das Atividades Complementares, passando doravante a ser parte integrante das normas organizadoras do currículo dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, segundo prevê o art. 163 do Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO.

Art. 2º Atividades Complementares, segundo o Parecer CNE/CES 492/2001, são atividades que, realizadas sob a supervisão de um professor, buscam promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural, e de iniciação à pesquisa e ao ensino, além de caracterizarem-se como mecanismos de interação com o mundo do trabalho, assim como o confronto com possibilidades metodológicas visando à promoção de uma formação complexa.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais das Atividades Complementares:

I - enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, por meio da formação profissional, cultural e social, ampliando os horizontes do conhecimento para além da sala de aula e do ambiente interno do IFTO;

II - fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a participação em atividades de ensino e técnico-científicas, de pesquisa e de extensão;

III - favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais nos mais diversos contextos da sociedade;

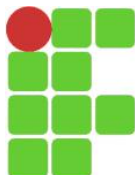
IV - aprofundar a inter e a transdisciplinaridade do currículo;

V - estimular práticas de estudo independentes, dentro ou fora do ambiente de ensino superior;

VI - promover a progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante;

VII - estimular a busca de outros conhecimentos na construção da dimensão profissional e da empregabilidade;

VIII - incentivar e promover a participação em eventos acadêmicos e culturais, incorporando-os à agenda de formação profissional continuada.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

TÍTULO II
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A estrutura de suporte às Atividades Complementares é composta pela Coordenação de Registro Escolar - CORES, Colegiado de Curso, professor responsável pelas Atividades Complementares e Coordenação de Curso.

§1º O Colegiado de Curso designará o professor responsável pelas Atividades Complementares e também definirá a carga horária para o desempenho das atividades pertinentes a essa função, observando regulamentação específica.

§2º Compõem o quadro de professores que dará suporte às Atividades Complementares:

I – os professores do curso, integrantes do quadro docente efetivo e temporário do *campus*;

II – os professores do *campus* integrantes do quadro docente efetivo e temporário, com atividades de pesquisa e extensão devidamente aprovadas pelas instâncias competentes em áreas afins às do curso.

§3º Dão suporte também às Atividades Complementares:

I – Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão (ou instâncias equivalentes) e comissões/conselhos a elas vinculados;

II – Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (ou instâncias equivalentes).

Seção I
Dos Procedimentos

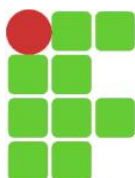
Art. 5º Os procedimentos relativos ao acompanhamento e à realização das Atividades Complementares são os seguintes:

I – o estudante faz o acompanhamento com o professor responsável pelas Atividades Complementares, entregando a este, em horários definidos, os certificados originais acompanhados de uma cópia, até completar a carga horária;

II – após analisados e registrados na ficha de acompanhamento do estudante (Anexo B), os certificados originais são devolvidos junto com a segunda via da ficha do estudante;

III – o professor arquiva, parcialmente, os documentos dos estudantes (cópias de certificados e ficha de acompanhamento);

IV – estando completa a carga horária referente às Atividades Complementares, o professor emite parecer parcial e entrega ao estudante a pasta (com as cópias e a ficha de acompanhamento) e um modelo de Requerimento de Validação de Atividades Complementares (ANEXO C).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Art. 6º Os procedimentos relativos à solicitação de validação das Atividades Complementares são os seguintes:

I – o estudante preenche o requerimento (ANEXO C) e o apresenta ao setor de Protocolo do *campus*, juntamente com a pasta e os certificados originais, solicitando a validação da carga horária correspondente às Atividades Complementares;

II – o setor de Protocolo autentica as cópias, devolve os originais ao estudante e envia a pasta com as cópias autenticadas, a ficha de acompanhamento e o requerimento para a Coordenação de Curso;

III – deferido o requerimento de validação, a Coordenação de Curso encaminha parecer conclusivo à CORES, para averbação das Atividades Complementares, com informação da modalidade e do total correspondente de horas.;

IV – a CORES efetiva o registro das Atividades Complementares e entrega ao estudante um comprovante de matrícula em Atividades Complementares.

Parágrafo único Fica estabelecido o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do requerimento no Protocolo, para dar ciência da resposta ao estudante solicitante.

Seção II
Do Colegiado de Curso

Art. 7º Compete ao Colegiado de Curso:

I – designar o professor responsável pelas Atividades Complementares, cuja figura está prevista no inciso II, §3º do art. 17 do Regulamento da ODP dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO;

II – definir carga horária específica para o professor responsável acompanhar as Atividades Complementares, segundo regulamentação específica;

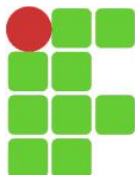
III – definir as diretrizes específicas das Atividades Complementares no âmbito do seu curso, estabelecendo, se for o caso, prazos, critérios e outros aspectos que sejam julgados necessários;

IV – apreciar e emitir parecer sobre casos omissos ou que a especificidade assim o exigir;

V – apreciar e emitir parecer acerca de recursos impetrados pelos estudantes sobre pareceres negativos emitidos pela Coordenação de Curso ou professores (pareceres técnico-pedagógicos);

VI – assessorar o professor responsável pelas Atividades Complementares para verificação da pertinência destas atividades em relação ao Projeto Pedagógico de Curso, quando necessário;

VII – auxiliar os professores na emissão dos pareceres técnico-pedagógicos, quando necessário.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

**Seção III
Dos Professores**

Art. 8º Compete aos professores auxiliar o professor responsável pelas Atividades Complementares, quando solicitado, na avaliação e emissão de parecer técnico-pedagógico acerca das Atividades Complementares realizadas em outras instituições ou locais.

**Seção IV
Do Professor Responsável pelas Atividades Complementares**

Art. 9º Compete ao professor responsável pelas Atividades Complementares:

- I – fixar e divulgar locais, datas e horários semanais para atendimento aos estudantes;
- II – utilizar ficha de acompanhamento para registro contínuo das diversas atividades complementares realizadas pelos estudantes ao longo do curso;
- III – orientar os estudantes quanto aos procedimentos relativos às Atividades Complementares durante todo o curso, apondo carimbo de ciente e assinatura na cópia dos certificados consultados;
- IV – submeter à apreciação do Colegiado de Curso, que deverá emitir parecer, casos não previstos na regulamentação da matéria, ou que o exijam em razão de suas especificidades;
- V – em se tratando de Atividades Complementares tanto internas quanto externas ao IFTO, verificar a procedência e a pertinência das Atividades Complementares requeridas tendo por base as normas contidas neste Regulamento e outras estabelecidas em função da especificidade do curso.

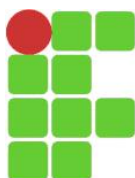
§1º As Atividades Complementares são consideradas internas ao IFTO quando realizadas sob sua coordenação, mesmo que em espaços alheios, como em atividades de extensão e pesquisa na comunidade.

§2º As Atividades Complementares são consideradas externas ao IFTO quando realizadas sob a coordenação de outras entidades ou de pessoas físicas.

**Seção V
Dos Estudantes**

Art. 10 Compete aos estudantes:

- I – informar-se sobre este Regulamento e sobre as atividades oferecidas dentro ou fora do IFTO que possam ser contabilizadas como carga horária para Atividades Complementares;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

II – consultar previamente o professor responsável pelas Atividades Complementares quando se tratar de validação das Atividades Complementares tanto internas quanto externas ao IFTO;

III – inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

IV – providenciar a documentação comprobatória relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V – informar-se sobre os locais, as datas e os horários de atendimento divulgados pelo professor responsável pelas Atividades Complementares, respeitando as datas e prazos estipulados para requerimento de validação das Atividades Complementares;

VI – consultar o professor responsável pelas Atividades Complementares, ao longo dos semestres letivos, nos horários definidos, apresentando os certificados originais das atividades já realizadas, acompanhados de uma cópia, até completar a carga horária, a fim de que sejam registrados na Ficha de Acompanhamento;

VII – manter organizados, em sua pasta, os comprovantes de participação em Atividades Complementares, juntamente com uma via da Ficha de Acompanhamento, até a data de entrega no Protocolo;

VIII – protocolar, no setor de Protocolo do *campus*, no período estabelecido no Calendário Escolar, o Requerimento de Validação de Atividades Complementares (ANEXO C), juntamente com a cópia de toda a documentação a ser validada para integralização das Atividades Complementares, apresentando também os originais para que se proceda à autenticação;

IX – arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada.

§1º A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo, assinatura ou outra forma de validação, especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

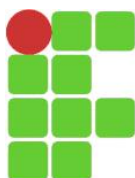
§2º A documentação referente à integralização da carga horária das Atividades Complementares será protocolizada pelo estudante apenas ao completar as horas, obedecendo ao período estipulado no calendário acadêmico.

Seção VI Do Protocolo

Art.11 Compete ao Protocolo do *campus*:

I – receber dos estudantes a documentação a ser validada para integralização das Atividades Complementares;

II – encaminhar a documentação recebida à Coordenação de Curso.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

**Seção VII
Da Coordenação de Curso**

Art. 12 Compete à Coordenação de Curso:

- I – emitir parecer conclusivo e encaminhar à CORES com informação da modalidade e do total correspondente de horas para comunicação do resultado aos estudantes, registro e arquivamento;
- II – apresentar ao Colegiado de Curso sugestões de reformulações e atualização referentes às diretrizes específicas das Atividades Complementares.

**Seção VIII
Da CORES**

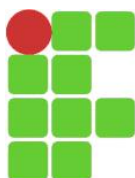
Art. 13 Compete à CORES:

- I – manter o registro e o arquivamento documental das Atividades Complementares aprovadas, para compor a documentação do estudante e inclusão no histórico escolar, conforme legislação vigente;
- II – dar ciência do resultado ao estudante e registrar o resultado da solicitação através dos mecanismos usuais de comunicação do setor.

**Seção XIX
Da Coordenação de Pesquisa, da Coordenação de Extensão e da Diretoria de Relações
Empresariais e Comunitárias (ou instâncias equivalentes)**

Art. 14 Compete à Coordenação de Pesquisa, à Coordenação de Extensão (ou instâncias equivalentes) e à Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (ou instâncias equivalentes):

- I – pronunciar-se, sempre que necessário, quando a realização das Atividades Complementares as envolver;
- II – na realização das Atividades Complementares, zelar pelo cumprimento das diretrizes, normativas, rotinas e trâmites específicos de sua respectiva área de atuação (extensão, pesquisa e estágio extracurricular).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

TÍTULO III
DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 15 Os estudantes dos cursos de graduação desenvolverão a carga horária de Atividades Complementares estabelecida nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso, que, por sua vez, observarão os mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação e demais legislações vigentes.

§1º O grau só poderá ser concedido ao estudante após a integralização da carga horária referente às Atividades Complementares, mesmo que o estudante tenha concluído todos os componentes curriculares regulares e obrigatórios.

§2º Somente será considerada a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do estudante no Curso.

§3º A contabilização da carga horária de cada Atividade Complementar observa o proposto no Anexo A deste Regulamento, sendo vedado o cômputo como Atividade Complementar de atividades consideradas para a implementação do currículo do curso e para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

§4º As Atividades Complementares devem ser realizadas em horário distinto daquele das aulas e demais atividades pedagógicas regulares do curso de graduação e não podem ser objeto de abono de faltas de estudantes às atividades pedagógicas regulares, sob qualquer pretexto.

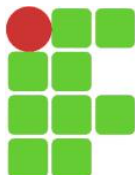
Art. 16 Para classificação e atribuição da carga horária correspondente, dividem-se as Atividades Complementares nos seguintes tipos:

- I – atividades de ensino;
- II – atividades de pesquisa;
- III – atividades de extensão;
- IV – atividades socioculturais.

Art. 17 As possibilidades de atividades relativas a cada um dos tipos arrolados constam do Anexo A deste Regulamento, devendo o estudante cumprir o mínimo de 10% (DEZ POR CENTO) para cada um dos tipos.

§1º O Colegiado de Curso poderá expedir normas complementares no que tange ao referido anexo, permitindo contemplar aspectos específicos não previstos neste instrumento, desde que tais normas respeitem este Regulamento e a porcentagem determinada no *caput* deste artigo.

§2º Em se tratando de componente extracurricular, conforme exemplificado no Anexo A deste Regulamento, não poderão ser contabilizados como Atividades Complementares os componentes curriculares considerados eletivos (optativos) do currículo pleno.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

§3º Somente os componentes que excederem a carga horária mínima prevista para o curso poderão ser contabilizados como Atividades Complementares, devendo ser observada a regulamentação pertinente para matrícula e frequência em componentes curriculares de outros cursos e/ou instituições, prevista no Regulamento da ODP dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO.

Art. 18 As Atividades Complementares serão desenvolvidas de acordo com o previsto neste Regulamento e no Projeto Pedagógico de cada Curso.

Art. 19 As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua formação (durante os semestres letivos), como forma de incentivar sua inserção em outros espaços acadêmicos, científicos e culturais.

Art. 20 As Atividades Complementares devem ser realizadas parcialmente no *campus* do IFTO em que o estudante estiver matriculado (internamente) e parcialmente fora dele (externamente).

§1º Fica estabelecido que no mínimo 30% (trinta por cento) e no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária prevista no Projeto Pedagógico de Curso será oferecida pelo *campus* do IFTO em que o estudante estiver matriculado, com atividades planejadas e realizadas pela Coordenação de Curso, conforme inciso XIII, art. 33 do Regulamento da ODP dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO.

§2º Todas as atividades complementares oferecidas pelo *campus* serão ampla e sistematicamente comunicadas aos estudantes pela Coordenação de Curso e pelos professores, além de por outros meios de comunicação do IFTO, para que os estudantes possam providenciar e preparar suas participações e inscrições nas atividades propostas.

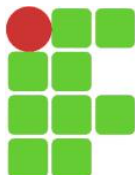
Art. 21 As Atividades Complementares desenvolvidas no âmbito do IFTO devem respeitar, além deste Regulamento e das especificidades de cada curso, as diretrizes e regulamentos específicos aplicáveis a cada atividade para a sua aprovação, acompanhamento e registro.

Art. 22 As Atividades Complementares desenvolvidas fora da instituição serão validadas a partir das diretrizes estabelecidas neste Regulamento e após verificação de sua compatibilidade com as finalidades do curso e com o PPC.

Art. 23 Não haverá dispensa das Atividades Complementares.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 Este Regulamento passa a compor os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação do IFTO, integrando-se a estes, e deverá ser aplicado de forma combinada ao Regulamento da ODP dos Cursos de Graduação Presenciais, aos regulamentos de pesquisa, de extensão, de atividades docentes, de monitoria, de estágio, de TCC e demais a que vier ter vínculos na sua aplicação e execução.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Art. 25 Os casos omissos e eventuais incompatibilidades entre regulamentos afins deverão ser submetidos ao Colegiado de Curso do *campus*.

Art. 26 Os arts. 55, 102, 149 e 170 do Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, aprovado pela Resolução nº 24/2011/CONSUP/IFTO, de 16 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 55

(...)

II -

j) *requerimento de validação de atividades complementares;*

o) *(revogado).*

Art. 102

(...)

III – *certificado de Reservista.*

Art. 149

(...)

§ 5º *Ao final das duas etapas que compreendem as avaliações diversificadas, os estudantes com média inferior a 6,0 (seis) terão a oportunidade de realizar a avaliação final, seja ela teórica ou prática, que, sendo igual ou superior a 6,0 (seis), substituirá a média anterior.*

Art. 170

(...)

XVIII – *auxiliar o professor responsável pelas Atividades Complementares, quando solicitado, na avaliação e emissão de parecer técnico-pedagógico acerca das Atividades Complementares realizadas em outras instituições ou locais.*

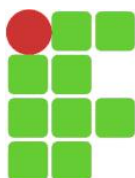
Art. 27 Este Regulamento entra em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Superior do IFTO e será aplicado aos estudantes que ingressarem nos cursos de graduação presenciais do IFTO a partir do semestre letivo seguinte ao da data de homologação deste regulamento. (Redação dada pela Resolução nº 36/2013/CONSUP/IFTO, de 20 de agosto de 2013).

Art. 27-A Estão facultados aos estudantes que ingressaram em semestres letivos anteriores ao citado no artigo anterior a opção pela utilização deste regulamento. (incluído pela Resolução nº 36/2013/CONSUP/IFTO, de 20 de agosto de 2013).

Art. 28 ~~Revogam-se as disposições em contrário.~~ (revogado pela Resolução nº 36/2013/CONSUP/IFTO, de 20 de agosto de 2013).

Palmas, 20 de agosto de 2013.

Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



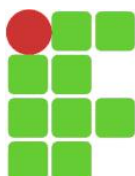
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

ANEXO A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Tipos	Possibilidades
Atividades de ensino	Participação como ouvinte ou palestrante em palestras, congressos, seminários, eventos técnico-científicos, semanas acadêmicas, programas de treinamento, jornadas científicas, simpósios, encontros, conferências, fóruns.
	Monitoria.
	Participação em Componente extracurricular.
	PIBID e demais atividades relacionadas à prática docente, excetuando-se o estágio curricular.
	Participação como ouvinte de bancas examinadoras de defesa de Estágio Curricular Obrigatório/de Qualificação e TCC, desde que não seja exigência de Atividade do Componente Curricular.
Atividades de pesquisa	Participação como voluntário ou bolsista em projetos de pesquisa (ICJ, PIBIC, PIBITI, entre outros)
	Apresentação de artigos, resumos, pôsteres e correlatos.
	Publicação de artigo em Revista Científica, em Jornal ou Revista Comercial.
	Publicação de livro, capítulo, nota técnica, manual ou equivalente, entre outros.
Atividades de extensão	Participação/Serviços e /ou projetos de extensão.
	Atividades de estágio extracurricular.
	Participação em empresas juniores e afins.
	Participação em Comissão (designada por Portaria): Comissão Organizadora de Simpósio, Congresso ou similar.
Atividades Político/socioculturais	Cursos de língua estrangeira: participação com aproveitamento em curso de língua estrangeira.
	Participação em atividades artísticas e culturais.
	Participação na organização de eventos, exposições de caráter social, artístico ou cultural.
	Participação como expositor em exposição artística ou cultural.
	Participação em diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselho Superior e Colegiados internos à instituição.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

ANEXO B

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
FICHA DE CONTROLE DE RECEBIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (FICHA DE
ACOMPANHAMENTO)

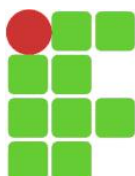
NOME DO ESTUDANTE: _____

CURSO: _____

PERÍODO/SEMESTRE: _____ TURNO: _____

PROFESSOR RESPONSÁVEL: _____

ATIVIDADE	TIPO (ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, POLÍTICO/SÓCIOCULTURAIS)	DATA DO EVENTO	TOTAL DE HORAS DEFERIDAS	DATA DE APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO	ASSINATURA DO PROFESSOR RESPONSÁVEL
LOCAL E DATA DE FINALIZAÇÃO DA INTEGRALIZAÇÃO				PARECER PARCIAL DO PROFESSOR	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

ANEXO C

REQUERIMENTO DE VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Sr.(a) _____
Coordernador(a) do curso de _____

FULANO DE TAL, portador da cédula de identidade nº _____, matrícula no IFTO nº _____, residente na (quadra, rua, nº, bairro, telefone e e-mail), vem requerer a validação das Atividades Complementares relativas ao curso de graduação em _____, para o que apresenta os documentos anexos.

Nestes termos pede deferimento.

Local e data

ASSINATURA DO ALUNO

FICHA RESUMO PARA AVERIGUAÇÃO DOS MÍNIMOS EXIGIDOS	MÍNIMO EXIGIDO	HORAS DEFERIDAS	ASSINATURA DO PROFESSOR RESPONSÁVEL
EVENTOS INTERNOS AO IFTO	30%		
EVENTOS EXTERNOS AO IFTO	30%		
ATIVIDADES DE ENSINO	10%		
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	10%		
ATIVIDADES DE PESQUISA	10%		
ATIVIDADES POLÍTICO/SOCIOCULTURAIS	10%		
LOCAL E DATA			PARECER CONCLUSIVO DO COORDENADOR DE CURSO
OBS: Este documento deverá ser impresso em duas vias: 1ª via fica com o professor responsável; 2ª via fica com o estudante. Ambas serão preenchidas e assinadas ao longo do curso até que se complete a carga horária. Em caso de certificado sem carga horária, submete-se ao Colegiado de Curso; Todo certificado deve ser apresentado junto com uma cópia a qual ficará anexada junto à ficha de posse do professor.			

